

Negociação da dívida vai ao fim

PAULO FRANCIS

NOVA YORK — Foi divulgada a notícia de que o Brasil havia pago quase US\$ 500 milhões dos juros devidos em 1991. A notícia é falsa. O último pagamento da dívida brasileira foi em julho de 1989.

A segunda degradação do crédito brasileiro, noticiada ontem pelo **Estado**, significa que os credores são obrigados a aumentar para 50% suas reservas sobre o que têm comprometido no Brasil. Isso causa grande dissabor e irritação aos bancos, alguns dos quais estão se livrando do débito brasileiro a qualquer preço.

Apesar disso, as negociações em Nova York permanecem correndo. Os banqueiros vão receber os quase US\$ 500 milhões pertinentes a 1991 e os cerca de US\$ 2 bilhões dos atrasados de 1990. Ao contrário da lenda de que o Brasil teria a pagar US\$ 8 bilhões ou US\$ 9 bilhões de juros, um dos principais negocia-

dores da dívida informou ontem que nem se sabe ao certo o montante dos juros. Mas é mais provável que sejam cerca de US\$ 6 bilhões.

Sai o acerto. É improficuo para o Brasil. É um gasto sem retorno. Não haverá dinheiro novo dos bancos. O restante dos juros será colocado em títulos com juros Libor, a taxa internacional, mais 1%. Sua aceitação no mercado, apesar de aceitos para vendas por bancos de investimento do prestígio da Salomon Brothers, é improvável.

Mais perigoso, a partir de 1º de abril os pontos 3 e 4 do acordo de 1983-1984, de Delfim Netto, que antes nos garantiam financiamento compulsório para comércio externo e o chamado interbancário (o repasse de dinheiro de bancos americanos para brasileiros que repassam a clientes brasileiros), serão cumpridos numa base voluntária. Não há garantia ou obrigação de que seja continuado. Já tinha caído muito. De

uma altura de US\$ 19 bilhões desce-
rá a cerca de US\$ 11 bilhões, e o
spread, a taxa de risco que os bancos
americanos cobravam dos bancos
brasileiros, foi aumentado.

Esse acordo com os bancos internacionais, que os americanos esperam concluir a tempo da visita de Collor aos EUA, em junho, capacita o Brasil a tentar que o FMI ratifique o programa de contenção do governo brasileiro. Se for aprovado pelo FMI, este deve soltar parte do empréstimo congelado que fez ao Brasil em 1984, um repasse para si próprio, porque o Brasil deve também ao FMI, e no Banco Mundial o Brasil poderá conseguir empréstimos setoriais, isto é, que não sejam destinados apenas a projetos específicos, e, sim, a setores inteiros.

No momento, o dinheiro nos é emprestado contra projeto e o nosso saldo é negativo. Quer dizer, devemos mais do que tomamos. É uma posição *sui generis*.